

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO nº , de de novembro de 2014
(Do Sr. SARNEY FILHO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a., ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública, em data a ser agendada, para discutirmos o 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), das Nações Unidas, divulgado na tarde do dia 02 de novembro, em Copenhague, na Dinamarca. O documento, infelizmente, aponta para uma situação extrema de urgência ambiental, evidenciando que a emissão dos gases do efeito estufa tem aumentado em função do crescimento econômico e populacional, alcançando níveis sem precedentes nos últimos 800 anos, desde a era pré-industrial,

Como forma de enriquecer o debate, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades para debater o tema:

- o representante do Ministério do Meio Ambiente;
- o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Carlos Afonso Nobre;
- o senhor Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, do Ministério das Relações Exteriores;
- o representante do Greenpeace
- o representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

JUSTIFICAÇÃO

O 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), das Nações Unidas, divulgado na tarde do dia 02 de novembro, em Copenhague, na Dinamarca, sintetiza as conclusões dos três grandes dossiês apresentados pelo grupo de cientistas nos últimos doze meses, infelizmente, aponta para uma situação extrema de urgência ambiental, sobre o que o Partido Verde vem alertando cotidianamente.

O Relatório elaborado por mais de 800 cientistas de 80 países evidencia que a emissão dos gases do efeito estufa tem aumentado em função do crescimento econômico e populacional, alcançando níveis sem precedentes nos últimos 800 anos, desde a era pré-industrial, mostrando que, apenas entre 2000 e 2010, a produção de energia por queima de combustíveis fósseis, foi a responsável por 47%, a indústria por 30%, o transporte por 11% e as construções por 3% das emissões globais dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

Este cenário, segundo o Relatório, demanda a tomada de providências extremas e urgentes, com a redução das emissões em torno de 70% até 2050 e o fim das emissões em 2100, objetivando que a temperatura global não supere a casa dos 2°C. Situação que levará a sérias consequências em termos de comprometimento com a segurança alimentar, redução da disponibilidade de água potável, potencialização das inundações, deslizamentos, elevação dos oceanos e tempestades, risco de extinção de várias espécies animais e vegetais, dentre outras.

No nosso Brasil, infelizmente, já estamos vivenciando esta situação.

Além da crise do abastecimento de água em São Paulo, também motivada pelo desmatamento na Amazônia brasileira, temos a seca da nascente principal do rio São Francisco, situada no Parque Nacional da Serra da Canastra. Várias outras regiões também estão sendo atingidas como os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba, com a decretação de situação de emergência em centenas de municípios.

A equivocada política de priorização da utilização de combustíveis fósseis a partir da exploração da camada do pré-sal, trilhando um caminho inverso ao da economia verde e da sustentabilidade, em detrimento de fontes limpas de energia, como os biocombustíveis, a solar e a eólica, deve ser repensada.

Os encaminhamentos sugeridos no âmbito do referido Relatório, em especial, a redução da utilização da energia a partir da queima de combustíveis fósseis, com o incremento na matriz energética mundial, da utilização de energias renováveis, dos atuais 30% para 80% até 2050, com investimentos no setor chegando à casa dos US\$ 147 bilhões/ano, são meritórios de todo nosso apoio.

Por outro lado, devemos atentar para a necessidade de um combate mais eficaz aos processos de desmatamento e queimadas, hoje, acentuados face às benesses introduzidas pelo “novo” Código Florestal.

Assim, diante desta situação precisamos debater o presente Relatório, com o intuito de vislumbrar as causas, as consequências, bem como definir ações e encaminhamentos, objetivando encontrar soluções, tanto à nível do controle do desmatamento e queimadas como a adoção de uma matriz energética mais sustentável. Precisamos encontrar soluções sustentáveis para os ambientes urbanos, promover a disseminação de conhecimento buscando o comprometimento dos governos e da população em geral, tudo em prol de uma melhor qualidade de vida e do arrefecimento das mudanças climáticas em nosso País.

Assim, solicito aos nobres pares o apoio necessário para aprovação desse requerimento.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 2014.

Deputado SARNEY FILHO
PV/MA